



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001507-34.2007.8.17.0670 (0220944-7)**

**RELATOR:** Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Banco PSA Finance Brasil S/A

**APELADO:** Izídio Ferreira Leite Neto

**EMENTA.** DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INCLUSÃO INDEVIDA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. INADEQUAÇÃO DO ARBITRAMENTO DA INSTÂNCIA INFERIOR. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL.

1. A inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in ré ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.
2. À míngua de critérios estritamente objetivos definidos em lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando seja vil ou exorbitante, deve ser alterado.
3. O arbitramento da indenização por dano moral em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), considerando as peculiaridades do caso em concreto, não atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Conforme precedentes desta Corte em casos assemelhados, versando sobre indenização por danos morais, o valor reparatório deve ser fixado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
4. A alteração de ofício do termo inicial dos juros de mora, por constituir matéria de ordem pública, não representa ofensa ao princípio do *non reformatio in pejus*. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0001507-34.2007.8.17.0670 (0220944-7), acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de

310  
Jul

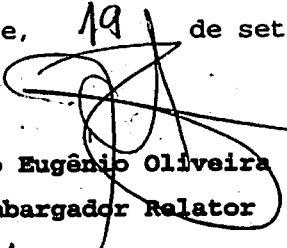


Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, voto no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO à apelação reduzindo o valor arbitrado da indenização para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e, de ofício, reformar a sentença para fazer incidir os juros de mora a partir do evento danoso, mantendo a correção monetária, pela Tabela do ENCOGE, a partir do arbitramento, nos termos do voto do Relator Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima.

Recife, 19 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001507-34.2007.8.17.0670 (0220944-7)**

**RELATOR:** Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Banco PSA Finance Brasil S/A

**APELADO:** Izídio Ferreira Leite Neto

**RELATÓRIO**

IZÍDIO FERREIRA LEITE NETO ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais em face de BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A, ao argumento, em suma, de que a parte ré promoveu, sem justa causa, a inscrição do seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito (SERASA).

Advoga, em síntese, que o débito foi gerado sob o fundamento da aquisição de financiamento de veículo no valor de R\$ 49.975,20 (quarenta e nova mil, novecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), o qual afirma nunca ter contratado. Ressalta que já havia recebido alguns telefonemas de bancos confirmando operações que estavam sendo feitas em seu nome, mesmo sem sua solicitação, o que o levou a vincular "aviso de alerta de documentos" junto aos órgãos de proteção ao crédito em maio de 2007, com o objetivo de evitar novas tentativas de fraudes. Aduz que o banco réu ignorou o aviso de alerta, concedendo empréstimo a terceiro falsário, fato que gerou a inscrição indevida de seu nome no SERASA em junho de 2007. Junta declarações de corretora de veículos e de loja de móveis, atestando a frustração na aquisição de financiamento para a compra de produtos em decorrência da negativação.

Pede (a) a exclusão de seu nome no cadastro do SERASA, (b) a declaração de nulidade do contrato que deu origem à negativação e a inexistência do débito, (c) o pagamento de indenização por dano moral em quantia não inferior a dez vezes o valor financiado.

Citado, o Banco PSA Finance Brasil S/A apresenta resposta, em forma de contestação, alegando preliminarmente sua ilegitimidade passiva e a necessidade do SERASA integrar a lide como litisconsorte necessário. No mérito, sustenta, em síntese, que agiu de boa-fé e que não houve,

304  
14/11



## Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

de sua parte, negligência na operação realizada, não podendo ser responsabilizado por ato ilícito imputável a terceiro. Nesse passo, advoga a configuração da culpa exclusiva de terceiro, que estaria a excluir a sua responsabilidade, nos termos do art. 14 do CDC. Pugnou, ainda, pelo reconhecimento da inexistência de danos morais.

A sentença afastou as preliminares suscitadas e julgou procedentes os pedidos, declarando nulo o contrato de financiamento e o débito por este gerado, cancelando definitivamente a restrição ao nome do autor e condenando o banco demandado de indenização no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais.

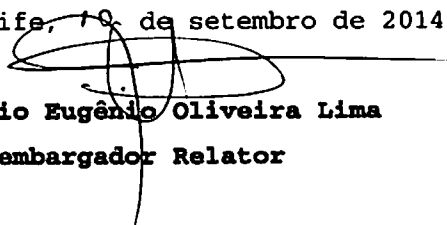
Irresignado, Banco PSA Finance Brasil S/A interpõe apelação sustentando, basicamente, as mesmas questões de mérito esposadas na contestação e pugnando pela reforma total da sentença ou pela diminuição do quantum arbitrado a título de dano moral.

Contrarrazões às fls. 219/227.

É o relatório.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz a quo. Assim, incide, na hipótese, o disposto no artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

Recife, 10 de setembro de 2014.

  
**Fábio Eugênio Oliveira Lima**  
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001507-34.2007.8.17.0670 (0220944-7)**

**RELATOR:** Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Banco PSA Finance Brasil S/A

**APELADO:** Izídio Ferreira Leite Neto

VOTO

Afirma o autor, ora apelado, não ter contratado qualquer financiamento com o apelante.

Anote-se, neste particular, que não se pode exigir do autor prova desse fato negativo. A propósito, ensina Moacyr Amaral Santos<sup>1</sup> que as negativas indefinidas são presumidamente verdadeiras, *in verbis*:

"Por outro lado, a máxima de que a negativa não se pode provar enfraqueceu-se sobremaneira à observação de ser verdadeira apenas em relação às negativas indefinidas. Estas, com efeito, são de prova impraticável, tão-somente por serem indefinidas, como também é impraticável a prova de afirmações indefinidas. Dificílimo será a Caio provar que nunca foi a Santos, como lhe será difícilimo provar que permanentemente usou determinada jóia".

Diante dessa presunção, a instituição financeira tem a carga ou ônus de fazer a contraprova para, assim, elidir a presunção. O fornecedor, por óbvio, tem amplas e facilitadas condições de demonstrar o aperfeiçoamento do empréstimo. Nas relações de consumo a distribuição do ônus da prova não está ligada ao princípio clássico da correlação do que se alega, segundo o qual ao autor incumbe a prova quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Nos processos envolvendo lide de consumo, vigorando o princípio da inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII), o que deve prevalecer na seara da distribuição do ônus da prova é o princípio da racionalidade ou razoabilidade. Exigir do

<sup>1</sup> Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 1985. Vol.2. p.347/348.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

consumidor prova de que não solicitou ou recebeu empréstimo oferecido pela instituição financeira significa impor ônus, na prática, intransponível. Esse ônus pertence ao fornecedor porque mais habilitado para fazê-lo.

Em real verdade, a instituição financeira não chega a negar a alegação do autor-apelado de que não contratou o financiamento. Fundamenta sua resistência no fato de ter se cercado de todas as cautelas recomendadas para a sua concessão.

Em outras palavras, pretende o apelante eximir-se de responsabilidade imputando-a a terceiro - aquele que, se valendo de documentação falsa, contratou o empréstimo. Sustenta, assim, que o terceiro teria concorrido de forma decisiva e exclusiva para o evento danoso. Pretende o apelante, desta forma, equiparar a interferência do terceiro fraudador ao chamado fato de terceiro, que, na doutrina, possui estatura similar à do caso fortuito, interrompendo a cadeia de causalidade existente entre o ato do apelante e os prejuízos do apelado.

O caso fortuito é caracterizado pela presença de dois atributos indispensáveis: a inevitabilidade e a imprevisibilidade. O fato de terceiro, em consequência, possuirá efeitos idênticos aos produzidos pelo caso fortuito tão somente quando satisfizer a estes requisitos, isto é, quando for objetivamente imprevisível e inevitável.

Pois bem. A inevitabilidade a que se alude não é a simples ausência de culpa. Vai além disso para exigir do indivíduo, no caso concreto, medidas de cautela cuja adoção seria necessária, segundo critérios de razoabilidade. Ora, é bastante razoável esperar que as instituições financeiras, ao proceder com a concessão de financiamento, procedam à verificação da autenticidade da assinatura aposta no respectivo contrato, atividade comum e inerente à sua atividade.



## Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

In casu, a verificação seria ainda mais fácil, posto que o autor vinculou "avisos de alerta de documentos" junto aos órgãos de proteção ao crédito, justamente para combater a realização de negócios fraudulentos.

Portanto, estava ao alcance do apelante evitar o dano provocado ao apelado. Nesse sentido, bastava que o apelante, consultando os documentos apresentados, obtivesse certeza da autenticidade das assinaturas ou, ainda, efetuasse consulta junto aos órgãos de proteção ao crédito, o que, aliás, é prática frequente para a concessão de empréstimos e financiamentos.

Em consequência, o fato de terceiro, da maneira como se apresenta nos autos, não é equiparável ao caso fortuito, já que despido dos caracteres de inevitabilidade e imprevisibilidade.

A propósito, dispõe a Súmula nº 479 do Superior Tribunal de Justiça que: "As instituições financeiras respondem pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".

Nesse contexto, o débito gerado pelo contrato fraudulento é inexistente e o apelante deve, de fato, responder pelos danos causados.

Os danos morais, por seu turno, estão caracterizados pela frustração do apelado ao ter seu nome inscrito indevidamente em órgão de proteção ao crédito, pela insegurança gerada no meio em que vive, em face de sua profissão de empresário, pelo sentimento de vulnerabilidade e exposição causado pela desídia do banco e pela impossibilidade de aquisição de bens que necessitava, gerada em decorrência da negativação. Por certo, tudo isso causa aflições, angústias e desequilíbrio do bem-estar, com reflexo no



## Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

comportamento psicológico do indivíduo, indiscutivelmente inseridos na órbita do dano moral.

Registre-se, ainda, que a inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in re ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

Saliente-se, neste particular, que em linha de princípio, à míngua de critérios estritamente objetivos definidos em Lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando seja vil ou exorbitante, deve ser alterado.

Ressalte-se que, no caso dos autos, o juiz singular ao arbitrar o valor da indenização, considerou que o apelado cercou-se de todas as cautelas a fim de evitar o dano, vinculando aviso de alerta de documentos furtados/extraviados nos órgão de proteção ao crédito (fls. 16/17), demonstrando também que sofreu consequências que vão além da angústia provocada pela negativação indevida, como a frustração concreta da realização de negócios vinculados à sua empresa (fls. 31 e 45), além do dissabor ao tentar desvincular de seu nome veículo apreendido pela Polícia Rodoviária Federal (fl. 51/53).

Portanto, atendendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o valor arbitrado da indenização em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) merece ser alterado, vez que não se figura adequado à hipótese. Conforme precedentes desta Corte em casos assemelhados, versando sobre indenização por danos morais, o valor reparatório deve ser fixado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).





Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

Anote-se, ainda, que malgrado o juiz a quo tenha determinado a incidência dos juros de mora a partir da citação, trata-se de responsabilidade extracontratual, devendo os juros moratórios fluírem a partir do evento danoso (súmula 54/STJ). Assim, cuidando-se de matéria de ordem pública, consoante assente jurisprudência do C.STJ, a sentença, neste particular, pode ser corrigida de ofício, sem ofensa ao princípio do *non reformatio in pejus*.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AÇÃO PROPOSTA PELO TERCEIRO BENEFICIÁRIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DE OFÍCIO EM APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

(...)

3. A matéria relativa aos juros de mora e à correção monetária é de ordem pública, pelo que a alteração do termo inicial de ofício no julgamento de recurso de apelação pelo tribunal na fase de conhecimento do processo não configura *reformatio in pejus*.

4. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp: 455281 RS 2013/0420005-0, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 10/06/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2014) - Grifei.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUPRIMENTO ALIMENTAR PARA ANIMAIS DEFEITUOSO. QUEDA DE PRODUTIVIDADE DO REBANHO. NEXO DE CAUSALIDADE. DIREITO COMUM, SEM APLICAÇÃO DO CDC, DEVIDO A TRATAR-SE DE INSUMOS RELATIVOS A GRANDE PRODUTOR RURAL. COMPROVAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO. INDEFERIMENTO DE PERÍCIAS SUPLEMENTARES. EXTENSÃO DOS LUCROS CESSANTES. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO. PRECLUSÃO. PROCESSO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO NO PROCESSO CAUTELAR.

(...)

8.- Os juros de mora constituem matéria de ordem pública sendo possível a alteração, de ofício,



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

não apenas do seu percentual, mas também do seu termo inicial. Precedentes.

(...).

(REsp 1432859/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 25/06/2014) - Grifei.

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS E MATERIAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA RÉ.

(...)

2. "A alteração do termo inicial dos juros moratórios pelo Tribunal estadual, ainda que inexistente impugnação da outra parte, não caracteriza julgamento extra petita ou reformatio in pejus." (AgRg no Ag 1114664/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 15/12/2010)

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RESp 1403195/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 25/03/2014) - Grifei.

Isso posto, voto no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO à apelação reduzindo o valor arbitrado da indenização para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e, de ofício, reformar a sentença para fazer incidir os juros de mora a partir do evento danoso, mantendo a correção monetária, pela Tabela do ENCOGE, a partir do arbitramento.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2014.

Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator